



CENTRO UNIVERSITÁRIO

XVII ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNDB
COMUNIDADES TRADICIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
(XVII EC 2024)

DESCONSTRUINDO VERDADES SOBRE O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: reflexões e provocações de Lélia Gonzalez

DECONSTRUCTING TRUTHS ABOUT THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY IN BRAZIL: Lélia Gonzalez's reflections and provocations

Luciana Gama Reis¹
Vilma Zeitouni da Conceição²
Vinícius Valério da Silva³
Lília Ferreira da Luz⁴

RESUMO

O estudo explora a obra de Lélia Gonzalez para desmistificar o mito da democracia racial no Brasil, abordando como o racismo estrutural e a ideologia do branqueamento desvalorizam a identidade negra, assim como as de demais grupos e povos minoritários. A pesquisa adota uma abordagem documental e bibliográfica, destacando a relevância da interseccionalidade como chave para compreender as opressões sofridas por minorias étnicas e de gênero. Gonzalez critica a invisibilidade social e o apagamento de culturas, ilustrando como práticas racistas são inseridas na estrutura social, perpetuando desigualdades e marginalização. Em um país marcado pela diversidade étnica, sua análise enfatiza a importância da preservação cultural e da resistência identitária para a promoção de uma sociedade justa e inclusiva. Assim, a contribuição de Gonzalez oferece um fundamento para o fortalecimento identitário e impulsiona o debate sobre justiça social, reforçando a necessidade de reconhecimento das raízes afro-brasileiras na construção de uma identidade nacional verdadeiramente democrática.

Palavras-chave: Racismo. Democracia racial. Identidade. Cultura. Dominação.

ABSTRACT

The study explores Lélia Gonzalez's work to demystify the myth of racial democracy in Brazil, addressing how structural racism and the whitening ideology devalue black identity, as well as other minorities groups and people. The research adopts a documentary and bibliographic approach, highlighting the relevance of intersectionality as a key to comprehend the oppressions suffered by ethnic and gender minorities. Gonzalez criticizes social invisibility and the erasure of cultures, depicting how racist practices are inserted in social structure, perpetuating inequalities and marginalization. In a country marked by ethnic diversity, her analysis emphasizes the importance of cultural preservation and identity resistance for the promotion of a fair and inclusive society. Thus, Gonzalez's contribution offers a foundation for identity strengthening and encourages the debate about social justice, reinforcing the

¹ Estudante do curso de Psicologia, UNDB. E-mail de contato: reisluciana1711@gmail.com

² Estudante do curso de Psicologia, UNDB. E-mail de contato: vilmazeitouni@gmail.com

³ Estudante do curso de Psicologia, UNDB. E-mail de contato: vinicius.valer4@gmail.com

⁴ Professora orientadora. Formada em Letras, Especialista em Gestão Educacional Integradora Inclusão e Libras, UNDB. E-mail de contato: lilia.luz@undb.edu.br

necessity of recognizing afro-brazilian's roots in the construction of a nacional identity truly democratic.

Keywords: Racism. Racial democracy. Identity. Culture. Domination.

INTRODUÇÃO

Anulação epistemológica, violência identitária, invisibilização social. Há muitas expressões cabíveis para a violência, de natureza simbólica e explícita, a que vêm sendo submetidas grandes e importantes figuras de nosso cenário científico, artístico e cultural brasileiro, bem como grupos e comunidades. Negros, indígenas, quilombolas, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, representam algumas de nossas minorias psicológicas⁵, estruturalmente alijadas de posições de decisão na sociedade. Quando há combinação de traços ou características socioeconômicas reforçadoras da condição de vulnerabilidade de um sujeito, a situação e a ideia de um justo posicionamento político e social ficam ainda mais ameaçadas. A isso chamamos interseccionalidade, base para uma análise justa e mais fidedigna sobre as diversas nuances que se conjugam para o nascimento e a reprodução de práticas opressoras, violentas e discriminatórias, tão presentes em nossas dinâmicas sociais, fundamental para revelar os vieses que tornam nebulosas suas verdadeiras causas e motivações.

Nesse contexto exaltamos a representatividade da vida e da obra de Lélia Gonzalez, e sua contribuição para o descortinamento da história, predominantemente contada sob uma perspectiva dominante, portanto, carregada de orientações de poder, com anulação aos principais atores do direito de repercutir sua própria versão. Cabe questionar como se autoafirmar como uma nação racialmente democrática a despeito da prática e da reprodução do racismo, da segregação social e de diversas outras dinâmicas de invalidação e injustiça, como o apagamento identitário e cultural de grupos e comunidades negras, no Brasil?

Nosso país tem dimensões continentais e foi constituído sobre uma história de muitas complexidades sociopolíticas e culturais, de um povo diverso em sua composição étnica, racial e ideológica, e marcado por grandes movimentos e conflitos de poder e de reconhecimento. Diante dessa realidade, vale reconhecer e compreender como se dão e se reproduzem as práticas racistas e excludentes, enraizadas e naturalizadas em nossa estrutura social, a anulação ideológico-cultural e a invisibilização de minorias, com vozes e pensamentos dito dissidentes. Além disso, desvelar que a miscigenação cultural que tanto alardeamos como virtude, é, na verdade, um movimento etnocêntrico, com profundas repercussões no

⁵ Segundo Kurt Lewin, são minorias discriminadas (concreta ou suscetível) que possuem um destino na dependência de um outro grupo majoritário (Mailhiot, 1998).

desenvolvimento cultural do povo brasileiro, que não reconhece ou, até mesmo, invalida sua natureza diversamente rica, composta de valiosas contribuições de povos e etnias, ameaçando a preservação de sua “existência” e das representatividades.

Tal estudo objetiva analisar sob a ótica da produção científico-literária de Lélia Gonzalez, como as dinâmicas sócio-históricas do Brasil reproduzem padrões de opressão, violência e desigualdade social, sob a falsa reputação de ser um país referência em democracia racial. "Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra" (Gonzalez, 1984, p.228).

Destacam-se como principais aspectos desta análise, a busca pela compreensão dos aspectos-chave do pensamento e da obra de Lélia Gonzalez, importante figura no cenário nacional na luta ativista, principalmente no âmbito do racismo e do feminino negro, sobre o contexto sócio-histórico do Brasil; a análise sob diferentes perspectivas, tendo a visão interseccional como norteadora, das dinâmicas de dominação das minorias, nas suas mais diversas expressões, principalmente das comunidades negras, com impactos em preservação identitária e no exercício de direitos e garantias; e o reforço da importância da contribuição de Gonzalez na defesa da preservação do pluralismo étnico, racial e cultural, e das representatividades, como fator de fortalecimento identitário, essencial para os avanços em igualdade e justiça social na sociedade brasileira.

Esta abordagem é de grande relevância pois se propõe a trazer a interpretação crítica de Lélia Gonzalez para tais pautas de injustiça social, nesse cenário hostil e excludente, em que a sociedade segue alardeando o mito falacioso de democracia racial no Brasil, “o país de todos”, enquanto pratica e perpetua violências de diversas naturezas sob a anuência normalizadora social e institucional. Visa agregar valor à discussão socioantropológica, repercutindo em reflexão e ensejo para mais estudos e discussões, principalmente sob a perspectiva legítima de quem enfrenta e sofre com essa realidade.

O desenvolvimento deste estudo estrutura-se nos seguintes tópicos: O advento do ativismo de Lélia Gonzalez nos contextos históricos de dominação e exploração no Brasil; a desmistificação do mito da democracia racial e as dinâmicas interseccionais de opressão e discriminação presentes na sociedade brasileira e o cenário de miscigenação cultural e raízes africanas na formação da cultura nacional.

A metodologia utilizada é a pesquisa descritiva de cunho documental/bibliográfico, através de livros, artigos, matérias e vídeos, considerando, principalmente, o período de produção científico-literária de Lélia Gonzalez, com início nos anos 80, e abrangendo também todas as demais produções e conteúdos pertinentes para o embasamento desta análise, sem

limitação temporal, mas priorizados conforme sua validade e contribuição referencial. Registra-se a leitura de 23 artigos e livros com temas relacionados, considerados nessa construção.

1. O advento do ativismo de Lélia Gonzalez nos contextos históricos de exploração e dominação no Brasil

Em primeira análise, destaca-se um recorte da biografia de Lélia Gonzalez para entendê-la em seu território. Lélia de Almeida Gonzalez nasceu em 1935, em Belo Horizonte, e faleceu em 1994, no Rio de Janeiro. Era filha de uma empregada doméstica, de ascendência indígena, e de um ferroviário negro. Inicialmente, teve seus estudos financiados pelos patrões de sua mãe, que, além de doméstica, prestava serviços como “ama de leite”. Ainda criança, Lélia foi babá de filhos de diretores do clube em que seu irmão jogava, exercendo uma atividade muito comum para meninas negras, o que se mostrava como um indicativo de suas futuras ocupações como empregadas domésticas (Ratts; Rios, 2010).

Lélia sempre obteve êxito nos estudos, desde os primeiros anos na escola até a graduação, acumulando formações em filosofia, ciências e letras, licenciatura em história e geografia, além de fluência em francês, inglês e espanhol. O sobrenome Gonzalez veio de seu marido, Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco de origem hispânica. O casamento de Lélia, uma mulher negra, com Luiz Carlos, um homem branco, foi recebido de maneira muito hostil pela família dele, que via a relação como um “concubinato”⁶, “(...) concubinação tudo bem, mas casamento é demais” (Gonzalez, 1984, p.229). A pressão familiar levou Luiz Carlos ao suicídio, logo após isso, Lélia manteve o sobrenome Gonzalez para homenageá-lo (Vieira, 2015).

A partir de sua trajetória, marcada por eventos históricos importantes, tais como, a ditadura militar, geradora de profundas perdas sobre liberdades e os direitos humanos, em amplo aspecto, e de ser alvo de sucessivas manifestações racistas, também motivadas pela ideologia do branqueamento, Gonzalez inicia suas inquietações e questionamentos acerca de sua identidade, encontrando na psicanálise e no candomblé, instrumentos que proporcionaram o “descobrimento de sua negritude” (Vieira, 2015). Sua militância começa então a ser exercida como propósito de vida, a partir de convicções político-ideológicas, a fim de repercutir

⁶ O art. 1.727 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 estabelece: “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.” (BRASIL, 2002)

questões de ordem social no cenário racial brasileiro, também extensivo à América Latina, abrangendo em análises associadas, as demais complexidades relacionadas ao gênero e à classe, como um triângulo de variáveis que se conjugam de forma determinante na produção de fenômenos-chave da nossa história e suas consequências socioantropológicas, a qual denomina-se interseccionalidade, eixo central de sua teoria social.

Seus objetos de estudo advêm, fundamentalmente, dos movimentos de exploração, colonização e escravização, fundados em dominação, que caracterizam a história brasileira, e suas manifestações, como a escravização, o racismo, a exploração capitalista (ou superexploração, sobre a qual detalharemos a seguir), e o sexismo, que representam as principais causas de sua luta. Seu repertório intelectual foi construído a partir de muitas referências, como Karl Marx, Frantz Fanon, Freud, Lacan, Carlos Hasenbalg, dentre outros, e a conjugação de várias disciplinas e abordagens das ciências humanas e sociais constituíram seu arcabouço teórico, moldado a partir de uma visão crítica e amplificada através de uma forma bem peculiar de expressão, onde evitava, por exemplo, o uso do rebuscado linguajar acadêmico, a fim de se fazer entender por todos, transitando assim em diversos campos e ambientes de atuação, da academia aos movimentos de rua, da antropologia à psicanálise.

O sofrimento e as violências sobre os quais comentamos possuem suas próprias dinâmicas e mecanismos. Sobre o colonialismo, por exemplo, Frantz Fanon (1968, p. 46) descreve: “(...) não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado de natureza”. É um processo que desumaniza o colonizado, negando seu passado, sua essência e seus valores. Segundo Vergès (2020), trata-se de uma colonização de corpos e territórios, e as representações, ideologias e formas de controle social que marcaram o sistema colonialista escravocrata, ainda se fazem presentes, sob moldes atualizados, nos contextos pós-escravistas, isto é, na ordem capitalista. Gonzalez dedica-se então a análise crítica sobre a formação capitalista e racial, e, em particular de suas complexidades expressas na interdependência das múltiplas formas de dominação, opressão e exploração, e expande o conceito de exploração do sistema capitalista para outros domínios da hierarquização social, não sendo a classe a única dimensão por ela abrangida, mas também o gênero e a raça, que se interligam de modo interdependente, levando à tripla discriminação a que é submetida a classe trabalhadora negra, em particular a mulher negra, também extensiva à mulher indígena. A superexploração manifesta-se em forma de condições precárias de trabalho, salários reduzidos, chegando, em muitos casos, a condições análogas à escravidão. “(...) E a trabalhadora negra, cumé que fica?” (Gonzalez, 2020, p. 199)

“A desqualificação e consequente marginalização da força de trabalho negra na ordem capitalista fazem com que esse segmento se apresente em condições estruturalmente desvantajosas no mercado, levando-o não apenas à condição de explorados, por possuírem tão só a mão de obra para vender, como também de superexplorados, posto que já recai sobre essa força de trabalho o desvalor, isto é, a redução do valor do trabalho em razão das crenças de inferioridade racial - o racismo em sua dimensão cultural, ou seja, enquanto valor e representação que justificam e legitimam práticas discriminatórias no mundo do trabalho.” (Gonzalez, 1981, *apud* Rios; Klein, 2022, p. 12)

Tais práticas marcam sobremaneira a concepção identitária dos povos, principalmente os tradicionais, cujas gerações presenciaram o apagamento de suas referências culturais, levando-os a se constituírem sobre “verdades” como a supremacia branca, sua superioridade intelectual, estética, e todos os demais padrões opressivos advindos dessa catequização, que os identificava como objetos, relegando-os e reduzindo-os a “corpos sem alma”, com serventia para fins específicos, como trabalhos desumanizados e precarizados, servidão sexual, exposição “folclórica”.

A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. (Gonzalez, 2020, p. 134)

Esta pensadora dedicou-se a promover reflexão e crítica social sobre uma história de muitos “aprisionamentos”, e, com isso, fomentando e visando profundas rupturas e mudanças de curso na história do país e da América Latina. “Gonzalez traz, portanto, corpos e cores para enriquecer o olhar que, conforme dito anteriormente, por vezes aproximava-se de uma leitura distanciada dessas relações, utilizando o termo classe de maneira monocromática e quase reificada” (Rios; Klein, 2022, p. 827). Reverberar provocações é passo importante para uma mobilização social visando sobrevivência e resistência, desta e, principalmente, das gerações vindouras, que não podem e não poderão render-se aos determinismos.

2. Desmistificando o mito da democracia racial e as dinâmicas interseccionais de opressão e discriminação presentes na sociedade brasileira

Trazendo um dado referencial do Brasil contemporâneo, citamos, que, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2022), na categoria Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade, pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara

parda (cerca de 92,1 milhões de pessoas, ou 45,3% da totalidade). Entre 2010 e 2022, as populações preta, indígena e parda ganharam participação em todos os recortes etários, e, somadas, passaram a representar 56,3% do total apurado. Tais dados trazem em si um grande significado e são carregados de muitas nuances que merecem ser analisadas. Diante da história de subjugação brevemente relatada acima, tendo como um dos efeitos o silenciamento de muitas minorias, dentre as quais a comunidade negra configura o foco deste conteúdo, pergunta-se: O que mudou? Quais variáveis simbólicas se conjugaram para a mudança de percepção do brasileiro e de seu posicionamento a respeito da diversidade étnico-racial presente na sociedade?

As análises que poderiam vir a responder as questões acima necessitam de extenso estudo, e sobre estas, tal artigo não se propõe a elucidar, porém, este inspira-se nesse cenário estatístico para estudar questões mais contextuais de natureza sócio-histórico-cultural sobre a dita democracia racial no Brasil. São indiscutíveis as raízes étnico-raciais do povo brasileiro que levaram à sua diversa miscigenação racial e cultural, e é também sabido que a mentalidade escravista foi e continua sendo base fundamental de nossa constituição social. Questões inquietantes acerca desta afirmação, das históricas dinâmicas sociais de dominação (colonizador-colonizado, patrão-empregado, opressor-oprimido) tais como, a ideologia do branqueamento, a naturalização do racismo e o apagamento epistemológico, com o silenciamento de minorias, motivaram o aprofundamento desta pesquisa.

O fato é que o Brasil é percebido como exemplo de democracia para o mundo. O senso comum nos traz essa concepção, e, a partir dela, construiremos este capítulo. Como contextualização histórica vale retomar a origem etimológica da palavra democracia. Provém da língua grega e sua formação combina os termos *demos* (povo) e *kratos* (poder). Era dita como prática que garante aos cidadãos o poder de participação nas decisões políticas de seu país, porém, sabe-se que já nasceu como um contrassenso, pois na Grécia Antiga consideravam como cidadãos apenas um grupo reduzido de pessoas, excluindo mulheres e escravizados, por exemplo. Politicamente falando, tal conceito passou por diversas atualizações a partir de movimentos históricos em todo o mundo, vindo a ter diferentes representações e conotações, entre países e/ou grupo de países. O Brasil, especificamente, desde a sua origem, passou por diferentes configurações de organização política em forma de sistemas de governo, experimentando diversas sistemáticas de distribuição e exercício de poder.

Independente do sistema de governo que pratique, Lélia sempre nos lembrou do fato de que é leviano e incorreto falar-se numa democracia em nosso país, onde predomina em suas raízes e estruturas, o racismo em suas mais diversas caracterizações, segregando,

invalidando, apagando, silenciando historicamente grande parte de seus cidadãos. “A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural (...)”. “O racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, já dizia Lélia Gonzalez (1984, p. 224), e este, articulado com o sexismo, produz efeitos violentos sobre os negros, em especial a mulher negra

Em uma analogia sagaz, Gonzalez descreve o espetáculo do carnaval como uma perfeita encenação da democracia racial em nosso país, onde a negra mulata tem lugar “mítico” de destaque, nas escolas de samba, nos carros alegóricos, coberta de brilhos, de luxo e riqueza. Ali ela é a rainha, distribuindo sorrisos e beijinhos para seus súditos nas arquibancadas, adorada, desejada! “E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica” (Gonzalez, 1984, p.228). Na quarta-feira de cinzas, a negra se transfigura em doméstica, o oposto da exaltação, retornando ao anonimato e ao seu cotidiano, ao quarto de despejo. Mulata e doméstica como atribuições de um mesmo sujeito, nas violentas dinâmicas ocultas da democracia racial (Gonzalez, 1984).

Quando se trata de mecanismos de opressão, Lélia destaca a ideologia do branqueamento como um dos mecanismos mais eficazes do racismo na América Latina, ou seja (Gonzalez, 1988, p.7 *apud* Bairros, 1999, p.5):

(...) reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos; o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil), é internalizado com a negação da própria raça, da própria cultura.

Põe em ênfase os efeitos produzidos pelo branqueamento racial, em especial, a fragmentação e o apagamento parcial da identidade de pessoas negras, colocadas como inferiores. Oliveira (2008, p.8) aborda sobre essa ideologia: “Sua origem provém da convicção de que o sangue “branco” iria purificar o sangue primitivo, “africano”, permitindo a eliminação física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”.”. A ideologia do embranquecimento racial no Brasil surgiu inicialmente como uma alternativa para “salvar” uma nação que estava fadada ao atraso, por grande parte da população ter origem africana, ideias legitimadas pelas teorias científicas raciais da época, onde o branqueamento mostrou-se como uma saída para tornar o Brasil um país “civilizado” (Oliveira, 2008).

Uma ideologia que projetava um país branco, oprimindo a existência do negro e fragmentando a identidade étnica. Conforme construção de Fanon (2008), percebe-se os efeitos diretamente no oprimido, partindo dessa integração do negro na sociedade pela assimilação de

valores brancos, resultando na internalização dessa opressão, levando o próprio negro a buscar aceitação através desse embranquecimento ou “desnegritização”. Além disso, Gonzalez (1979, p.8) destaca a função dessa ideologia articulada com o mito da democracia racial: “A ideologia do branqueamento constitui-se como pano de fundo daqueles discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial”.”. Esta forma ideológica expressa-se de forma implícita nas relações entre negros e brancos, no mercado de trabalho, na cultura, na educação e nos meios de comunicação em geral (Dias, 2014).

A naturalização do racismo é outro subterfúgio para manutenção da ordem social desigual que construímos. Naturalizar essa desigualdade racial em todas suas dimensões, contribui para que essas opressões sejam ocultadas, a partir da repercussão de uma visão meritocrática para a relação trabalho-recompensa, negando a constituição da realidade como é, uma construção cultural e histórica movidas por ações e interesses humanos. Gonzalez (1979) dispõe a respeito da culpa direcionada ao próprio negro por não ascender socialmente, resultante dessa naturalização de características negativas atribuídas ao oprimido como “irresponsabilidade” e “preguiça”, determinando assim, sua ocupação em papéis sociais inferiores.

Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (Gonzalez, 1984, p. 225-226)

Sendo assim, partir do princípio que esse lugar de inferioridade é natural reverbera fenômenos de extrema violência e reproduz uma espécie de determinismo, “aprisionando” gerações. Tal mecanismo e as tecnologias produzidas para sua operacionalização, que colocam a desigualdade e a marginalização sofrida pelo negro como naturais, invisibilizam dominação e violência de expressão simbólica. Uma de suas manifestações também se articula com a divisão racial do espaço, determinando posições e ambientes físicos naturais. Ou seja, para as minorias marginalizadas há espaços possíveis, permitidos, determinados, periféricos. Aliados em favelas, nas novas senzalas, sob a forma de “quartinhos de empregada” ou de “quartos de despejo” como diria Carolina Maria de Jesus (1960), bem longe de qualquer lugar de prestígio, onde puderem manter-se invisibilizadas. “Na lata de lixo da sociedade brasileira” (Gonzalez, 1984, p. 225).

A invisibilidade estrategicamente utilizada pelo eu-imperial é aquela em que ele define os termos da relação, porém não anuncia sua posicionalidade, fazendo com que a realidade pareça natural e inevitável. Tanto as relações de poder quanto a representação do sujeito colonial serão apresentadas como normais. Na esteira dessa

invisibilidade estratégica será construído o mito da universalidade do conhecimento, como um conhecimento sem ponto de vista, desinteressado. (Costa, 2016, p.516-517)

Nessa lógica, a invisibilidade acontece em uma dinâmica muito eficaz ao que ela se propõe, encobrir essa “posicionalidade” de quem define, consequentemente aparenta ser natural. Tal “posicionalidade” prolifera esse discurso de um conhecimento “neutro”, que esconde a ideia de que quem fala, fala de algum lugar. Entendendo isso de forma muito lúcida, permite desafiar esse discurso que atende aos interesses de quem domina.

“(...) neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 1984, p. 225). Em meio à uma produção intelectual predominantemente branca, a repercussão do pensamento e do discurso negro gera desconforto, reatividade, e, até mesmo, represálias, em forma de indiferença e invalidação, assim como vemos na trajetória de Lélia Gonzalez, cuja obra e contribuição, apesar de terem ganhado mais impulso na última década, ainda permanecem subestimadas frente ao brilhantismo e a profundidade de suas reflexões, investigações e construções críticas, principalmente no meio acadêmico. Gonzalez (2018, p.74) afirma: “Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. [...]”.

Na sociedade brasileira, assim como em outras, as representações que prevalecem são construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros. Essas representações foram construídas mediante a óptica eurocêntrica, que institui sentidos de "normalidade" e "anormalidade", estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão. Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente. (Fernandes; Souza, 2016, p. 3)

A repercussão objetiva de tais fenômenos sociais remete à realidade desta comunidade, historicamente oprimida, com saberes apropriados pelo dominante, histórias e memórias apagadas, que segue sobrevivendo e performando pacificamente, ou melhor, silenciadamente, os papéis a ela permitidos. Desta maneira, preserva-se a ordem social histórica (poucos com privilégios, muitos com muito pouco), reproduzindo dinâmicas violentas, discriminatórias e excludentes, a partir de complexas relações de poder e de anulação, repercutindo na subjetividade, na identificação e na valorização identitária de povos colonizados e escravizados, havendo, até mesmo, uma identificação do dominado com o dominador, como já dizia Frantz Fanon, ao analisar a esfera psicológica da dominação colonial e o complexo de inferioridade gerado e introjetado pelo povo negro. “(...) o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (Fanon, 2008, p. 44).

O fato é que poucos conseguem desviar-se do determinismo de seus destinos. É a minoria da minoria que, por uma convergência de fatores e aspectos, ascende socialmente e alcança lugares de privilégio, e, por essa conquista, recebe o status de mártires, vencedores, cujas histórias invariavelmente ajudam a reforçar falas que alardeiam a lógica infundada de que todos têm a mesma oportunidade, bastando o investimento sob a forma de esforço, empenho e dedicação. Ou seja, outra manifestação da tal naturalização, uma falácia chamada meritocracia⁷, que, na realidade, é um estratagema de manipulação social para manutenção de privilégios.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico, educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 1984, p. 226)

Em meio às massas, há então pontuais exemplares de “ruptura”, nos meios acadêmico, econômico, científico, artístico cultural, que alcançam posições de visibilidade que possibilitam ecoar outras visões de interpretação dessa realidade, contada sob novas perspectivas, nesse caso as de quem sofre. A tradução extremamente competente e reconhecida de Lélia Gonzalez sobre a história de nosso povo nos move no sentido da transformação sociopolítica que almejamos, ressoando identificação, inquietação, enfrentamento e engajamento social crítico.

3. Miscigenação cultural e raízes africanas na formação da cultura nacional.

O Brasil se constitui um mosaico de culturas, oriundo de uma multiplicidade de raças e etnias, e, para compreender essa rica tapeçaria cultural, é essencial entender o funcionamento da cultura. Ela é, em sua forma mais elementar, um conjunto de regras e costumes vivenciados por um grupo, no entanto, vai além disso: a cultura também é um fenômeno que se aprende e se compartilha, ressaltando a importância da transmissão cultural e da diversidade das práticas culturais dentro da sociedade. Essa diversidade é o que enriquece nosso entendimento mútuo e fortalece o tecido social em que estamos inseridos.

Como já citado, o Brasil é reconhecidamente um país de contrastes e complexidades sociais. A expressão "pátria de todos", forma pela qual o país orgulhosamente se denomina, pode ser interpretada de diversas maneiras, tendo a miscigenação brasileira uma

⁷ Princípio que promete uma ascensão social baseada no mérito individual, que na prática ignora as profundas desigualdades sociais e econômicas que afetam o ponto de partida dos indivíduos (Souza, 2017).

conotação crítica que vai além da celebração da sua diversidade, trazendo consigo desafios, principalmente no que diz respeito à igualdade e inclusão. Ou seja, nossa matriz sociocultural reflete não apenas a agregação de influências culturais, mas simboliza as tensões e lutas pela afirmação das identidades em um violento contexto de desigualdades. A dinâmica sociocultural do Brasil requer uma análise justa pautada em compreensão e visão crítica. Pierre Bourdier (1989, pag. 10) exemplifica como o discurso de igualdade e pátria de todos também é o mesmo discurso que contribui para a separação e distinção das culturas:

Esse efeito ideológico produz a cultura dominante, dissimulando a função de divisão (...): a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Tal citação evidencia a complexidade inerente às fundações da sociedade, composta de muitas raças e etnias: enquanto valores de unidade e identidade são promovidos, simultaneamente podem surgir barreiras que reforçam a divisão social. Essa dinâmica frequentemente beneficia o grupo dominante, que, representando os interesses de grupos poderosos, pode buscar estabelecer e legitimar hierarquias sociais e desigualdades. Esse processo é um reflexo das estruturas de poder que moldam as interações sociais e influenciam a distribuição de recursos e oportunidades.

A teoria social de Lélia Gonzalez postula que a cultura é uma entidade socialmente construída. Contudo, aprofunda-se na investigação de como as dinâmicas culturais são simultaneamente formadoras e formadas por relações de poder, com ênfase particular nas questões de raça e gênero. No domínio das ciências sociais, ela procura articular esses conceitos com as estruturas de dominação e exploração que são prevalentes no Brasil e na América Latina (Gonzalez, 1990).

Gonzalez sustenta que, historicamente, durante o processo de formação nacional do Brasil, a identidade negra foi sistematicamente marginalizada das narrativas históricas oficiais. Ela defende que é crucial reconhecer a importância da africanidade na formação da cultura brasileira para enfrentar as origens do racismo estrutural⁸ incrustado na sociedade. A valorização da africanidade não somente reconhece as contribuições afro-brasileiras ao

⁸ O racismo na concepção estrutural está na reprodução sistêmica de práticas racistas estruturadas socialmente, ou seja, o racismo como processo histórico e político condicionou grupos marginalizados a serem discriminados de forma sistemática, se expressando em dimensões da desigualdade política, econômica e jurídica (Almeida, 2019).

patrimônio cultural do país, mas também contesta as narrativas dominantes que frequentemente relegam a população negra à marginalização (Gonzalez; Hasenbalg, 1984).

Nesse sentido, o racismo não é apenas uma ideologia, mas uma realidade que permeia as práticas sociais em sociedades de mercado, com efeitos que precisam ser investigados. Na perspectiva de Gonzalez, esses efeitos se traduzem na forma como os indivíduos racializados são alocados no ordenamento econômico. Ela argumenta ainda que a cidadania está intimamente ligada à identidade étnica, sugerindo que essa noção não é neutra, mas sim influenciada por fatores que determinam quem é reconhecido como membro pleno da sociedade (Gonzalez, 2020).

Nesse contexto, Gonzalez afirma que “essas criações, essa produção cultural negra é apropriada pelo branco”, abordando o fenômeno da apropriação cultural, onde as expressões e contribuições da cultura negra são consumidas por indivíduos brancos, frequentemente sem o devido reconhecimento das suas origens africanas. Tal crítica revela como o capitalismo não apenas explora a cultura negra, mas também marginaliza suas vozes e experiências, tornando essencial o reconhecimento e a valorização da africanidade na cultura brasileira (Gonzalez, 1984). Sobre isso, Gonzalez (1984) traz duas noções para o entendimento de como a africanidade na formação da dita “cultura brasileira” está sendo ocultada. A primeira noção é a de consciência, esse espaço que se expressa no discurso dominante e molda a narrativa para atender os interesses dos brancos, produzindo assim essa alienação. Também traz a noção de memória, que se expressa nas falhas do discurso da consciência, representa a resistência dessas africanidades, as inscrições de uma história que não foi escrita. A consciência faz de tudo para que essa história seja apagada e esquecida. “A consciência exclui o que a memória inclui” (Gonzalez, 1984, p. 226).

Gonzalez (1984), a partir dessas noções, tenta caracterizar ou até mesmo trazer à superfície nessa dialética de consciência e memória a construção de uma cultura nacional constituída por diversos elementos de origem africana, que são escondidos, esquecidos e fragmentados. A influência das culturas negras na formação da identidade brasileira é um tema central na sua obra. Ela argumenta que a memória e a contribuição desses grupos, da comunidade negra, são essenciais para entender a complexidade da sociedade brasileira.

A “América Ladina”, conceito proposto por Lélia Gonzalez, é, por exemplo, uma representação poderosa para a compreensão e a valorização da complexidade cultural da

América Latina. Ao rejeitar as narrativas eurocêntricas e ressaltar a importância das influências africanas e indígenas, este conceito não apenas desafia a invisibilidade histórica desses grupos, mas também celebra a mestiçagem como um elemento central da identidade latino-americana. Sua proposta é um convite à reflexão e ao reconhecimento da riqueza cultural que emerge da interconexão de diversas heranças, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa da história e da sociedade. É um passo essencial na direção da descolonização do pensamento e na construção de uma narrativa que honra todas as contribuições que formam o mosaico cultural do continente. O conceito de "América Latina" reflete essa mistura cultural, onde o "pretuguês" serve como um exemplo vívido da africanização do português no Brasil. (Gonzalez, 1984).

Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria cultural a gente não é não, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é pretuguês. (Gonzalez, 1984, p. 289-290).

A discussão sobre o "pretuguês" destaca uma questão crucial na sociedade brasileira: a valorização e o reconhecimento das diversas contribuições culturais que compõem a identidade nacional. A linguagem, como expressão viva da cultura, reflete as complexidades históricas e sociais de um povo. Sendo assim, ao considerar o "pretuguês" não apenas como uma variação do português, mas como um símbolo de resistência e afirmação cultural, ressalta a importância de se desafiar as narrativas que buscam marginalizar ou diminuir a importância de qualquer grupo cultural.

Os fenômenos aqui relatados revelam o impacto negativo do apagamento identitário, destacado por Gonzalez. Ela argumentou que não se trata apenas de uma questão de negligência cultural, mas uma forma de violência que perpetua o racismo estrutural e a violência simbólica⁹. Ao marginalizar as contribuições e experiências dessas comunidades, a sociedade reforça estereótipos negativos e promove a alienação cultural, levando à desvalorização social e à desumanização desses grupos, negando-lhes o reconhecimento e os direitos que merecem. Gonzalez (1983) enfatizou a necessidade de reconhecer e valorizar todas as identidades culturais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A valorização das identidades culturais é um tema crucial na construção de uma sociedade igualitária, pautada em direitos e garantias a todos. A consciência racial e o posicionamento antirracista são fundamentais para combater o apagamento histórico e social

⁹ “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento” (Bordieu, 2002, n.p.)

que muitas comunidades enfrentam. Assim, a luta contra o apagamento cultural não é apenas uma questão de justiça social, mas também um passo vital para a preservação da riqueza humana em sua mais ampla expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isto, destaca-se que o desvelamento ideológico promovido pela vida e obra de Lélia Gonzalez no cenário sociopolítico contemporâneo do Brasil e da América Latina, tem indiscutível potencial transformador para ativação da mobilização crítica necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somos um povo extremamente segregado, cujas desigualdades e opressões se perpetuam diante dos olhos anuentes de opressores e oprimidos, num pacto de condescendência pautado em silenciamento e invisibilização. Nossas origens, enraizadas em dominação e exploração, com anulação de identidades, histórias, culturas e direitos, produziram e reproduzem violentas dinâmicas sociais, que descaracterizam e geram insegurança existencial aos grupos e povos chamados minorias psicológicas, enfraquecendo representatividades e condenando gerações a ciclos de opressão.

Com isso, determina-se que a dominação se manifesta em diversas áreas como no capitalismo, no patriarcado e na herança colonial, que, por consequência, são responsáveis pela manutenção da desigualdade estrutural do país, refletida principalmente em sua hierarquia de classes. Lélia ecoa sua visão crítica a partir de refinadas análises sobre a história do Brasil, suas dinâmicas e mitos em torno do senso de identidade nacional, por isso, reforça a importância da preservação da memória e do posicionamento de resistência cultural.

O conhecimento científico e sua repercussão através de uma educação transformadora e democrática, lança luz sobre o que é velado, ocultado, e ajuda a promover o diálogo genuíno, a desalienação e a construção de uma consciência política coletiva, baseada em inclusão e igualdade. Há de surgirem muitas “Lélias” para suscitarem difusão e aprofundamento das discussões das citadas pautas coletivas, a fim de potencializarmos a contribuição do respeito, da valorização e da preservação, identitária e cultural dos nossos povos, como eixo central edificante de uma nação mais justa, coesa e, de fato, democrática em nosso País.

“Solidariedade e organização. Isso que é essencial.” (Em busca de Lélia, 2017, 1 min 20 s).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994**. Afro-Ásia, n. 23, p. 0, 1999.

BERNARDINO-COSTA, J.. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul. 2016.

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

EM busca de Lélia. Direção de Beatriz Vieirah. Produção Executiva: Daniela Fernandes. Bahia-Brasil: Canal Futura, 2017. Disponível em: www.embaubaplay.com.

DIAS, Paulo Martins. **A ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade brasileira**. RevistAleph, 2014.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silva. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. **Identidade Negra entre exclusão e liberdade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Brasil, n. 63, p. 103–120, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868>. Acesso em: 25 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: LUZ, Marcos Antônio da (Org.). Movimento negro em marcha. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Racismo, colonialismo e imperialismo**. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, jun 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 19, outubro, 2024.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**. São Paulo: Ática, 2000.

MAILHIOT, G.B. **Dinâmica e gênese dos grupos**. 8ª ed. São Paulo: Duas cidades, 1998.

RATTS, A.; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, F.; KLEIN, S.. **Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social**. Sociedade e Estado, v. 37, n. 3, p. 809–833, set. 2022.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Bianca. **Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, uma quilombola amefricana**. Lutas Sociais, v. 19, n. 34, p. 214-218, 2015.